

Democracia e Desenvolvimento

N.º 3 ■ 20 JUNHO 1985 ■ PREÇO 20\$00

PROPRIEDADE
DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
PARA O DESENVOLVIMENTO CULTURAL
DIRECTOR: LUÍS RETO

Grande movimento de apoio a Lourdes Pintasilgo

5



Fundação Cuidar o Futuro

A eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo quando visitava uma
fábrica de calçado em Guimarães

Quinzena

ART'E
CULTURA
JOVEM

Os poderes do Presidente

Palavra de candidata

3



NÚCLEOS

- Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Barlavento — Telfs. 082/60224; 082/24291
 - Núcleo de Apoio Regional do Algarve/Sotavento — Telfs. 089/52949; 089/22392; 089/26514
 - Núcleo de Apoio Regional de Aveiro/Centro-Sul — Telfs. 034/28795; 034/22837; 034/28251
 - Núcleo de Apoio Regional de Aveiro/Norte — Telf. 056/52961
 - Núcleo de Apoio Regional de Beja — Telfs. 084/23157; 084/26462
 - Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Norte — Telfs. 075/52022
 - Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Sul — Telfs. 072/27570; 072/23415
 - Núcleo de Apoio Regional de Castelo Branco/Oeste — Telfs. 074/61136; 074/61374
 - Núcleo de Apoio Regional de Coimbra — Telfs. 039/72432; 039/713130; 039/714886
 - Núcleo de Apoio Regional de Évora — Apartado 34 — 7001 Évora Codex; telf. 066/27087
 - Núcleo de Apoio Regional da Guarda — Telfs. 071/23098; 071/29145; 071/22936
 - Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Norte — Telfs. 036/44129; 036/35354
 - Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Centro — Telfs. 044/22015
 - Núcleo de Apoio Regional de Leiria/Sul — Dr. Jorge Varanda, Rua Maldonado Freitas, Lote 10-1.º Esq., Caldas da Rainha
 - Núcleo de Apoio Regional de Lisboa e Setúbal — Rua Luciano Cordeiro 24-A/B, 1100 Lisboa — Telfs. 525665; Apartado 10 007 — 1019 Lisboa Codex
 - Núcleo de Apoio Regional de Portalegre — Telfs. 045/24124; 045/42114; 045/2 37
 - Núcleo de Apoio Regional do Porto — Telfs. 02/695307; 02/312053; 02/496437
- Este núcleo tem responsabilidades organizativas para os distritos de **Porto, Braga, Viana, Vila Real e Bragança** e ainda com os concelhos de Feira, Espinho e Castelo de Paiva. Pretende-se no futuro que o grupo de concelhos que constituem o Núcleo de Apoio Regional de Viseu Norte (Lamego, Resende, Cinfães, Armamar, Tabuaço e São João da Pesqueira) fiquem em ligação operacional com o N. A. R. Porto. Oportunamente serão dados os contactos em todos os distritos do Núcleo.
- Núcleo de Apoio Regional de Santarém — Telfs. 043/25531
 - Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Centro — Telfs. 032/25737 — Apartado 194 — 3502 Viseu Codex
 - Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Lafões (Concelhos de Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela) — Telf. 032/77104
 - Núcleo de Apoio Regional de Viseu/Sul (Concelhos de Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão e Carregal do Sal) — Telfs. 032/82317; 032/82105
 - Núcleo de Apoio Regional dos Açores — Dr. Ricardo Manuel Amaral Rodrigues; Rua Simões de Almeida, 16 — 9680 Vila Franca do Campo (Açores) — Telf. 096/52386

Outros núcleos

- Alpiarça — Telf.: 043/54365
- Almada — Telfs.: 2201747; 2901337
- Almeirim — Largo João de Deus, 12
- Amadora — Telfs.: 975612; 971319; 978655
- Azambuja — Horta da Maia, Lote 23 - 3.º Esq.º
- Braga — Telf.: 053/71593
- Cartaxo — Telf.: 043/73848
- Lisboa/Lumiar — Telfs.: 7583456; 794663
- Lisboa/Olivais — Telfs.: 333250; 310761
- Loures — Telfs.: 9882204; 9814569; 2517145
- Montijo — Telf.: 2310708
- Pernes — Telf.: 043/44168
- Riachos — Telfs.: 049/21535; 049/21048
- Sintra — Telfs.: 9213244; 9211121
- Tomar — Telf.: 049/32606
- Torres Novas — Telf.: 049/22610; 049/23404
- Viana do Castelo — Telf.: 058/25844
- Vila Nova de Ourém — Rua D. António Jusiniário da Luz Preto, 76-1.º

Comissão Técnica Coordenadora

Principais Departamentos

- Departamento Informação/Comunicação: Dr. Luis Reto — Telfs. 371024; 525665
- Departamento Comunicação Social (Rádio, Televisão, Vídeo): Emídio Rangel — Telfs. 2903403; 547527; 525665
- Imprensa Nacional (Diária e Semanal): Helena Sanches Osório — Telfs. 2687620; 525665
- Imprensa Regional e Local: Júlio Freches/Galamba de Oliveira — Tel. 525665
- Revistas: Moutinho Pereira — Telf. 9801030
- Imprensa estrangeira: Jorge Feio — Tel. 525665
- Departamento de Socioprofissionais: Dr.ª Gabriela Amaro — Telfs. 2465353; 525665
- Departamento de Coordenação de Voluntários: Telf. 525665



O núcleo de Santarém prossegue a campanha de informação tendo lançado uma nova folha

Amigo/a leia já

Amigo/a leia já é o nome de uma folha recentemente posta a circular nos meios de apoio à campanha presidencial da eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo. Nela se registam algumas indicações úteis e apontam pistas orientadoras. Assim: Se ainda não é apoiante há uma lista de inscrições no «Atendimento». Inscreva-se! Se já é apoiante terá de dirigir-se ao «Atendimento» para receber a sua placa de identificação.

E sabe que pode colaborar activamente na campanha: na vida profissional — peça uma ficha de colaborador e/ou informe-se no Núcleo Interempresas ou no Núcleo de Juventude; nos serviços de apoio genérico ou noutros sectores específicos, peça uma ficha de apoiante activo e/ou informe-se. Será contactado posteriormente. Pode entretanto saber já qual é o seu contacto: de freguesia, de local de trabalho, de juventude — informe-se no «Atendimento».

Uma campanha precisa obviamente de fundos. Se pode contribuir monetariamente para a nossa campanha, dirija-se à secção de «Fundos». Lá poderá igualmente obter propaganda: documentação explicativa e informativa e os números 1 e 2 do jornal «Democracia e Desenvolvimento». Poderá ainda solicitar informações de carácter político. Ao longo dos trabalhos, porém, será esclarecido, sobretudo, aquando das intervenções da nossa candidata. Para outros esclarecimentos contacte os serviços da campanha. Encontrará na página 2 deste jornal todas as demais informações úteis.

Entrevista à RR — 30 de Junho, 12h 15m

PALAVRA DE CANDIDATA

Os poderes do Presidente

Em Guimarães como em Oliveira do Hospital, em Braga como em Tondela, nas Caldas da Rainha como em Vila Nova de Gaia, em todos os encontros, a mesma pergunta: «Mas que poderes tem o Presidente da República?»

Tenho dito como vejo esses poderes e os interpreto. Mas, nestas últimas semanas, qualquer explicação é desnecessária. É que, perante a crise política aberta pela rotura da coligação do «bloco central» e pela demissão do Governo, tem-se tornado claro que os poderes de que é depositário o Presidente são muitos e fortes.

Não só o poder de decidir. E de fazer actuar os mecanismos conhecidos. Mas o poder de ouvir para adequadamente analisar e equacionar os dados da crise; o poder de congregar para tornar consciente o primado do bem comum sobre os interesses individuais ou de grupo; o poder de inovar para encontrar caminhos alternativos; o poder de discernir para não ver cada situação de crise como mais uma rotina e descobrir o elemento-chave que, nesta crise, é a brecha, a saída, a solução adequada.

No momento actual, em que uns especulam sobre as hipóteses possíveis e outros adiantam as soluções que lhes parecem mais acertadas, recai sobre o Presidente da República o poder de criar, a partir da situação complexa que é a nossa, uma situação nova, capaz de revitalizar, por dentro, a própria democracia.

O Presidente da República detém, nesta crise concreta e datada, o poder de escolher entre a solução jurídico-institucional e a solução política que coloca as questões ao nível do Estado e da realidade dinâmica de que ele é expressão e suporte.

Por isso, a importância e o peso crescente do Presidente da República pouco têm a ver com especulações teóricas. São uma evidência indiscutível para todos os que vêem a sociedade e a política, como uma realidade viva e orgânica.

Por curiosa ironia, são os mesmos que através da revisão constitucional, procuraram retirar poderes ao Presidente da República que agora, pela sua incapacidade de dialogarem, tornam mais do que nunca evidente a importância da intervenção do Presidente da República.

A experiência dos dois anos e meio últimos, e, em particular, a actual crise governativa, mostram, que, apesar da revisão constitucional, os poderes do Presidente da República estão, de facto, acrescidos. A preservação desse capital político é um factor de estabilidade do regime.

É que esse «acréscimo» do poder é, em grande parte, resultado da debilidade do sistema partidário/parlamentar e da sua dificuldade em encontrar o modo exacto de expressão, num país em desenvolvimento como o nosso.

Por isso, quem tiver uma perspectiva global da sociedade e dos seus problemas e estiver genuinamente empenhado numa verdadeira renovação do quadro político português, não pode deixar de considerar como futuro lugar do Presidente da República na consolidação da democracia em Portugal.

E logo uma conclusão se impõe: qualquer que seja o calendário eleitoral dos próximos meses, as eleições presidenciais são o grande referente de um novo quadro político que dê a todos nós a garantia de uma estabilidade sólida para se poder

construir, inovar, investir, desenvolver.

Qualquer que seja o seu lugar no tempo, as eleições presidenciais têm o primeiro lugar na perspectiva de uma adequação do funcionamento do sistema político às realidades concretas do nosso país.

O País precisa de continuar a dispor de um Presidente da República forte que dê tempo, abra espaços e crie o contexto cultural necessários para o fortalecimento do sistema partidário/parlamentar.

Neste contexto, estou convencida de que só um Presidente da República independente pode realizar essa missão: estimular, pela sua iniciativa, a necessária recomposição das forças políticas; assegurar, pela sua intervenção, a renovação do quadro político global do País, as suas metas e os seus métodos; contribuir, pela sua atenção actual, para a revitalização de todo o tecido social. Por isso me candidato.



Lourdes Pintasilgo

I Encontro de Núcleos de Lisboa/Setúbal

No dia 1 de Junho realizou-se em Lisboa, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) uma reunião que contou com a participação de cerca de 150 pessoas, em representação dos 34 núcleos (30 locais e 4 centrais) do Movimento de Apoio à Eleição da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, da Região Lisboa/Setúbal.

Com este primeiro encontro visou-se a passagem de uma primeira fase organizativa — caracterizada pela criação e animação de núcleos locais, realizada informalmente — para uma fase mais estruturada e coordenada, exigência das tarefas de Campanha e do movimento em que nos empenhamos.

O encontro, que decorreu na manhã e tarde de sábado, conheceu várias fases de trabalho; após a abertura foi apresentada a situação da candidatura a nível nacional, pelo major Sousa e Castro; seguidamente o eng.º Fonseca Ferreira fez o ponto da situa-

ção na Região Lisboa/Setúbal que em resumo nessa data era o seguinte:

	Núcleos previstos	Núcleos em funcionamento	Núcleos em formação
Distrito de Lisboa	14 Concelhos	10	4
Distrito de Setúbal	13 Concelhos	7	6
Cidade de Lisboa	20 Zonas	13	7
Total	47	30	17

Para além dos 30 núcleos locais existem a nível central quatro núcleos que são: Apoio Logístico, Apoio Estratégico, Socio-profissionais e Jovens.

Em seguida entrou-se na discussão do Programa de Acção, cujo projecto fora pre-

viamente distribuído. Esta discussão foi realizada em cinco grupos de trabalho, agregando os núcleos por proximidade geográfica. As conclusões foram depois lidas em plenário e serão posteriormente integradas na reformulação do programa de acção. Para além da enumeração de alguns princípios de actuação e das acções prioritárias a desenvolver o Programa de Acção para a Região Lisboa/Setúbal nos meses de Junho, Julho e Agosto, define como objectivos fundamentais para esta fase da pré-campanha:

— Criação de Núcleos nos Concelhos/Zonas onde ainda não existem;

— Consolidação dos Núcleos existentes e preparação da sua passagem a Comissões Representativas;

— Alargamento e diversificação (social, geográfica e política) da rede de apoiantes;

— Implantação local do trabalho de Juventude;

(Cont. na pág. seguinte)

CEM DIAS NO PODER

Bases de apoio aos jovens agricultores

Apesar de transitório e com um prazo de vigência estabelecido — cem dias —, o Governo Pintasilgo, de iniciativa presidencial, foi o primeiro a tentar actuar, com frieza e frontalidade, sobre a Agricultura portuguesa e a fazê-lo com olhos de modernidade. É extremamente fácil prová-lo. E, de caminho, revelar que medidas consideradas *utópicas e desajustadas da realidade social* acabam de ser consagradas pela Comunidade Económica Europeia. O regulamento da CEE n.º 7/97/85, aprovado este ano pelos nossos novos parceiros, vem na mesma linha do Decreto-Lei publicado em 1979 ⁽¹⁾ e em que se lançam as bases de apoio aos jovens agricultores, facilitando-lhes o acesso à empresa agrícola. E, mais do que isso, para fazer frente ao envelhecimento da população agrícola portuguesa, evidente sobretudo no grupo de empresários agrícolas. Números de então dão-nos conta de que cerca de 27 por cento da população rural activa estava compreendida no grupo etário até 35 anos, mas não representava mais do que 11 por cento dos empresários agrícolas. Estas percentagens continuam a ser válidas.

Ao promover o acesso dos jovens à empresa agrícola, através de legislação adequada em que se definia a atribuição de subsídios de instalação e de acesso a linhas especiais de crédito, o Governo Pintasilgo dava passos seguros no sentido de provocar uma transformação suave mas segura do principal sector produtivo nacional. Esta onda de fundo, que se movimentava essencialmente a partir de três diplomas legislativos — suspensos pelo Governo seguinte e depois aprovados pela Assembleia da República, com alterações —, viria a ser paralisada. Quer dizer, a legislação existe, mas as linhas de financiamento encontram-se bloqueadas. A quem interessa a estagnação do sector agrícola em Portugal?

A primeira medida, em importância, a que nos referimos, tomada pelo Governo chefiado pela eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, diz respeito à revisão — para

actualização e dinamização, no quadro do redimensionamento fundiário — de um bem intencionado Decreto-Lei publicado em 1969 e à sombra do qual estavam a ser praticados os actos mais escandalosos. Refere-se às sociedades de agricultura de grupo. A lei «antiga» favorecia o absentismo do grande empresário e abria-lhe perspectivas «interessantes» no acesso aos créditos bonificados e outros.

Esta modalidade de associativismo agrícola de produção, resultante da associação de um número limitado de agricultores, proprietários ou não e ou trabalhadores agrícolas, foi revista de modo a que atingisse os objectivos pretendidos: a constituição de explorações agrícolas físicas e economicamente bem dimensionadas.

O acesso dos jovens à empresa agrícola

A este passo, que impôs a moralização necessária, outro ainda mais importante se seguiu. A publicação de legislação que permitiria aos jovens agricultores o acesso à empresa agrícola e a criação de condições que lhes possibilitassem a preparação profissional e a integração no sector, a título individual ou nas várias modalidades de associação possíveis.

Nesse diploma reconhecia-se uma realidade da sociedade rural portuguesa: os jovens, usualmente, não herdavam a responsabilidade da empresa agrícola por herança. E reconhecia-se, por isso, a necessidade de serem estabelecidos mecanismos — *como uma reforma digna e antecipada* — que incentivassem os pais a entregar aos filhos as responsabilidades da gestão. Apontava-se um caminho que viria a ser esquecido pelos vários governos que se sucederam ao Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Ainda assim, davam-se os passos possíveis, na altura — os mesmos passos que a CEE, com o mesmo espírito, acaba de dar este ano. Várias e pertinentes tentativas feitas no sentido de desvirtuar o espírito e a forma deste Decreto-Lei, integrado numa

visão vasta e lúcida do que significa de facto a extensão rural, foram bloqueadas ao longo dos anos seguintes. Do mesmo modo, mas por outras razões objectivas, os incentivos previstos neste diploma — empréstimos reembolsáveis ou não, créditos bonificados, etc. — têm sido sistematicamente bloqueados, tal como se verificou relativamente às sociedades de agricultura de grupo.

De facto, pela primeira vez em Portugal, no Governo da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, se considerou e consagrou uma política global para a Agricultura, em vez da manta de retalhos resultante dos múltiplos interesses em confronto.

Na mesma linha de modernização e rejuvenescimento do sector, um terceiro diploma, virado para o regime jurídico dos centros de gestão da empresa agrícola, com carácter associativo, cairia no relativo e provocado esquecimento. Visava, fundamentalmente, proporcionar aos agricultores associados o estudo e análise, em conjunto, dos resultados das respectivas explorações. A troca de conhecimentos, com o apoio de técnicos em extensão rural se desejado, contribuiriam — a exemplo do que se passa noutros países europeus — para criar uma nova dinâmica. Este diploma consagrou o processo — já expandido em Espanha e em França — pela primeira vez em Portugal.

Ainda hoje estas três medidas legislativas são consideradas determinantes. Apesar de todos os bloqueios, há cerca de quinhentos jovens agricultores instalados, praticamente em todas as regiões do País, com base — e com os «benefícios» — nas leis a que fizemos referência. Mas, as potencialidades desta medida legislativa são ainda imensas. Prevê-se a criação de uma linha de crédito específica — o que, até agora, não se concretizou, constituindo uma das maiores falhas do sistema que se procurou implementar.

Entretanto, Portugal entrou para a Comunidade Económica Europeia...

⁽¹⁾ Decreto-Lei 513 E/79.

I Encontro de Núcleos de Lisboa/Setúbal

(Cont. da pág. anterior)

- Execução das tarefas da Campanha;
- Organização socioprofissional por ramos de actividade e início da constituição de Núcleos de Empresa/Organismos da Administração.

Na reunião foi anunciada a constituição do Núcleo de Coordenação Regional, com a função de orientar a Campanha na Região:

António Fonseca Ferreira (Coordenador), engenheiro; Adelaide Franco, psicóloga; Alberto Pinto Magalhães, engenheiro; António Alberto Teixeira, tripulante de

voo; António Ferreira Guedes, empregado bancário; Cláudia Vasconcelos, estudante; Ernesto Pereira Bruno, sociólogo; Francisco Correia da Silva, engenheiro; João Lavinha, trabalhador científico; João Leitão, estudante; Jorge Costa, professor ensino secundário; José Carlos Lameira, engenheiro; Juan Mozzicafredo, assistente universitário; Luís Pestana Mourão, engenheiro; Manuel Graça Baptista, engenheiro; Maria Amélia Faria, técnica expedição postal; Maria Graciosa Veloso, professora ensino secundário; Maria Sofia Nobre, técnica administrativa; Nuno Fisher Lopes Pires, engenheiro; Nuno Guedes, estudante; Teresa

Barata Salgueiro, professora universitária; e Victor Nunes, empregado bancário.

A parte final do encontro, aberta a apoiantes, contou com a presença da engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo que fez uma intervenção centrada em questões levantadas pela assistência.

O encontro decorreu num clima de animada participação e vivacidade, salientando-se o espírito de esperança e confiança que os apoiantes depositam na Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, a par de uma exigência de permanente esclarecimento e participação na definição das respectivas bases programáticas.

Visita aos núcleos de Leiria, Alcobaça, Caldas da Rainha e Peniche



Fundação Cuidar o Futuro

Visita à Lagoa de Óbidos

O povo vota em Pintasilgo

— considera uma destacada figura da Igreja

Quando perguntaram, há dias, em Lisboa, a um membro altamente colocado na hierarquia da Igreja — «quem vota em Maria de Lourdes Pintasilgo?», ele respondeu, muito simplesmente: «o povo». Neste jornal de campanha, feito especialmente para podermos comunicar entre nós e chegar àqueles que o poder estabelecido deseja manter afastados da nossa candidata, cortando à conselheira de Ramalho Eanes o acesso à informação, tanto na Rádio como na Televisão, neste jornal, não utilizaremos uma linguagem de exagero sobre a forma como a candidata é recebida pelas populações nas deslocações que tem feito. As queixas que lhe são feitas, misturadas com as palavras de esperança de a ver em Belém, são bem reveladoras que aquele prelado sabe, bem melhor do que a maioria dos políticos, da realidade de Portugal. O povo

quer Maria de Lourdes Pintasilgo porque sabe, e di-lo, que só ela pode «pôr o País a funcionar».

A rua é a casa dos que não têm casa

Dias 25 e 26 de Maio foram dedicados a percorrer a região de Leiria. Reuniões de trabalho com os núcleos, sessões de esclarecimento e debates sobre temas muito concretos da vida nacional ocuparam estes dois dias da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Em Leiria o encontro foi marcado no parque da cidade porque, como disse um membro daquele núcleo, «era-nos difícil escolher qual de nós teria a honra de a receber em sua casa». Há uma sede em perspectiva para breve mas, a candidata

sorriu e respondeu, «porque não na rua se a rua é a casa de toda a gente e há tantos sem casa».

Num restaurante da cidade aproveitou-se a hora do almoço para uma sessão de trabalho. Cada elemento do núcleo relatou a forma como está a decorrer a implantação da estrutura que apoiará esta campanha. Um jovem quadro de uma empresa local confessava a sua timidez em contactar com os empresários da região. Ao lado da sala onde decorria a reunião, três comensais, almoçavam com alegria e barulho suficiente para perturbar o trabalho do núcleo leiriense. Ao ponto de um dos presentes se levantar para pedir aos ruidosos vizinhos que tivessem a amabilidade de moderar o tom da sua conversa. «Minha senhora, respondeu um deles, pedimos imensa desculpa. Não percebemos que estávamos



Informalmente populares das Caldas da Rainha: a candidata eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, falando-lhe dos seus problemas e nela depositando a sua esperança

a incomodar.» E tirando um cartão de visita do bolso, acrescentou: «Sou um empresário aqui de Leiria. Peço-lhe o favor de entregar este cartão à sr.^a engenheira e de lhe dizer que, não só a apoio como disponha como entender das minhas parcas disponibilidades.»

A construção nacional tem um rosto que une

Os membros do núcleo da cidade de Leiria são a prova de que esta candidatura senta à mesma mesa, com um capital de esperança e entusiasmo, gentes de todos os quadrantes políticos. As divergências partidárias ficam à porta. A construção nacional tem um rosto que une, numa vigorosa proposta de pragmatismo e modernidade incontestáveis, todos aqueles que estão dispostos a trabalhar não só para que as suas legítimas ambições pessoais se possam concretizar mas, também para manter e alargar a liberdade necessária à realização dos seus objectivos ideológicos.

A confiança na sua isenção, independência total e honestidade inquestionável, é, de facto, a grande base desta candidatura. A revelação paulatina do programa que apresentará aos portugueses e, através do qual estes poderão escolher o seu futuro Presidente, vai tomando forma aos olhos e com

a contribuição dos seus apoiantes que, sofregamente não cessam de questionar a candidata sobre as diversas formas de, o mais alto magistrado da Nação intervir na vida do País.

Os poderes do Presidente da República

As soluções são práticas, simples, evidentes e já utilizadas em vários países democráticos há muito tempo.

Qualquer outro cidadão as poderia propor mas, a diferença reside, muito naturalmente, no facto de todos se aperceberem que só a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo as poderá pôr em prática.

Todos conhecem, suficientemente, a sua determinação, perseverança e força moral para terem a certeza que, após a sua eleição, como dizia um dos seus apoiantes, «acabou-se a brincadeira dos politiquinhos».

«O Governo apresentará o seu programa e terá de o cumprir», diz a candidata. «O Parlamento terá de legislar com a rapidez que exigem os interesses dos portugueses» e «as diversas instituições têm de cumprir à risca o papel que a Constituição lhes exige», acrescenta. «Não é em vão que o Chefe de Estado jura cumprir e fazer cumprir a

Constituição e que esta Lei Fundamental lhe atribui o papel de zelar pelo regular funcionamento das instituições democráticas».

Alargar o conceito de parceiros sociais

Em Alcobaça houve uma reunião com o núcleo local. Presentes os elementos que o compõem. O Dr. Sapinho, figura muito reputada em todo o distrito, foi o anfitrião.

Discutida foi a alínea da Constituição que obriga o Presidente da República a manter intacta a independência nacional. Para a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo este ponto está directamente relacionado com por exemplo, os sucessivos empréstimos contraídos pelos Governos portugueses e que colocam o nosso País em situação de dependência económica grave, com repercussões evidentes na independência política. «Temos de renegociar a dívida externa e há várias formas de o fazer» declarou a candidata, explicando, em pormenor, três hipóteses de renegociação.

A ex-primeira-ministra frisou, em todas as reuniões que «o facto de não haver um Plano», como o exige a Constituição, impossibilita qualquer hipótese de acção coordenada. As leis são feitas em avulso, com um objectivo pontual mas desenquadradas

de uma acção global o que as torna, na maior parte das vezes inoperacionais.

O alargamento do conceito de parceiros sociais foi um tema igualmente focado. Para além dos que já são considerados como tais a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo acrescentará, entre outros, o Conselho Nacional do Plano, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior de Defesa, a Associação de Municípios, «as significativas e tão cheias de tradição Associações Industriais», as associações de escolas a vários níveis, de saúde, cooperativas, etc.

Regras de conduta muito concretas

Nas Caldas da Rainha um grupo dinâmico liderado por Jorge Varanda, administrador do Hospital das Caldas, tinha organizado um colóquio intitulado «Portugal nos anos 90 — iniciativa local e desenvolvimento». Na esplanada do Parque, a transbordar de gente, a candidata à Presidência da República foi recebida de pé e com palmas entusiásticas. O eng.^o Rego Filipe falou das possibilidades e perspectivas da agricultura na zona. O eng.^o Pessoa de Carvalho, administrador da Seccla, debruçou-se sobre o sector empresarial e sobre o impacto da entrada do País na CEE. Nas palavras deste empresário «talvez seja necessário o susto da entrada na CEE para acordar os que estão adormecidos». *Funcionará como um despertador que não toca só com a campainha mas também com um martelo que vai partir a cabeça de muitos.* O dr. Mário Gonçalves, director do Hospital das Caldas, que no dia seguinte guiaria a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo numa visita àquela unidade hospitalar, fez um relatório pormenorizado das possibilidades que aquelas termas oferecem aos portugueses. Interveio ainda, sobre temas económicos, o dr. Oliveira das Neves. Por vontade expressa da candidata, uma vez que os oradores pertenciam a todo o leque político-partidário, não foram permitidas perguntas relacionadas com a sua candidatura.

Na manhã de domingo o núcleo das Caldas tinha organizado uma visita à Lagoa de Óbidos, tendo, especialistas do equilíbrio ecológico daquela zona, apresentado à eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo os riscos de deterioração que corre aquela área, de condições especiais em toda a Europa para a sobrevivência de espécies animais e vegetais em extinção.

«Só a senhora nos pode valer»

Depois da missa atravessou-se o mercado onde a entrada da candidata provocou um natural burburinho. «Só a senhora nos pode valer», ouvia-se em todas as bocas de permeio com queixas intermináveis sobre o estado de coisas. Mas, foi a «mãe da Adelaide Ferreira», como a apresentaram com



Portugal anos 90 foi tema de colóquio. Depois o trabalho com o núcleo das Caldas da Rainha

orgulho os feirantes, que enumerou, com uma memória notável, as medidas governativas do Governo da engenheira. «Eu não tinha direito à Assistência Social e passei a ter. E os milhares de crianças que passaram a receber abonos de família.» A mesma frase que se ouve por todo o lado e que vem dar rosto às sondagens do último ano: «A senhora fez mais naquele tempinho que lá estive do que todos os outros juntos».

Governo e Parlamento têm de cumprir à risca o papel que a Constituição lhes exige

Almoço com apoiantes do grupo das Caldas, seguido de uma sessão de trabalho com cerca de 80 elementos daquela localidade.

Depois uma visita à sede, na Praça da República, n.º 5-1.º andar.

Dali partiu-se para Peniche com uma escolta de carros que fez questão de «passar o testemunho» aos correlegionários daquela cidade.

Em Peniche, a polícia da cidade, estrategicamente colocada no percurso que seguia o cortejo da candidata, saudava-a com impecáveis continências.

No Largo da Câmara esperavam-na os elementos do núcleo de Peniche com quem trabalhou após um jantar muito animado. Depois o regresso à capital de uma candidata cansada mas satisfeita, fazendo o balanço positivo dos trabalhos dos núcleos daquela região.



Manuel José Homem de Melo, Vítor Cunha Rego e Luís Fontoura (de costas) ouvindo atentamente a conferência de eng. Maria de Lourdes Pintasilgo.

Mitos, factos e perspectivas da Democracia em Portugal

— tema da conferência no Centro de Reflexão Política

«Temos por vezes a noção de que somos nós que comandamos os factos. Ora, as realidades políticas nunca são fruto exclusivo de fenómenos determinados pela vontade dos homens e das mulheres a quem cabe a intervenção nas coisas públicas», começou por dizer a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo numa conferência subordinada ao tema «Mitos, Factos e Perspectivas da Democracia em Portugal».

Na conferência, proferida no dia 23 de Maio, no Clube dos Empresários, em Lisboa, a convite do Centro de Reflexão Política, Maria de Lourdes Pintasilgo prosseguiu:

«Certa vontade e, de alguma maneira, um gesto ou uma decisão podem influenciar, mas sobretudo as realidades políticas são também expressão de mitos, isto é, de

ideias mais ou menos fantasiadas sobre as coisas, que têm a sua origem em crenças — há pessoas para quem a realidade política é quase uma religião — ou então em paradigmas de funcionamento social, em algo que está inscrito na nossa maneira de entender o Mundo e aquilo que se passa à nossa volta. E por isso é que a descrição dos factos, a sua interpretação, para já não falar do acontecer e desenrolar desses factos, vêm sempre eivados desse universo mítico. E é por isso que anteriormente à referência aos factos, que nós todos conhecemos, gostaria de explicitar alguns dos mitos que vejo a rodearem-nos».

Um desses mitos, segundo a oradora, e que «parece ter sido comum, talvez a todos nós, portugueses», é o de que a simples mudança de um regime conduz à democracia.

«Assim uma espécie de milagre de Fátima político que, de repente, tudo mudava», acrescentou Lourdes Pintasilgo, que prosseguiu:

«De facto, a rápida instauração da Democracia em Portugal era um dos objectivos fundamentais dos homens que fizeram o 25 de Abril. E pode dizer-se que pela determinação desses homens foi possível iniciar a evolução para o estabelecimento das instituições democráticas, cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos».

Mas, para a eng.^a Lourdes Pintasilgo, «o mito subjacente a essa euforia consistia em pensar que as estruturas, só por si, são portadoras de transformação dos comportamentos das pessoas e tornou-se assim, como expressão democrática o que, muitas vezes, não foi senão mera manipulação».

Lembrou depois a oradora que a palavra

democracia foi usada para santo e senha para comportamentos totalmente alheios à democracia, verificando-se assim que o mito de que a mudança de regime «instantaneamente produz a democracia sem que haja condições culturais específicas para a gerar, passou por cima do facto de que não houve, antes do 25 de Abril, e atrevo-me a dizer continua a não haver, uma educação para a democracia».

Não se geraram, portanto, sublinhou a conferencista, hábitos democráticos, tendo a democracia sido catapultada para o palco da cena política, «onde os cidadãos comuns viviam e se organizavam», reduzindo-se, assim, a um pequeno grupo de protagonistas para os quais a democracia tem a sua própria dimensão.

«A responsabilização perante as tarefas ou cargos assumidos foi alijada por muitos, ao longo destes anos, por não se entender que nela assente a prática democrática. Que não há prática democrática sem responsabilização total, até ao fim. A devolução ao povo de todo e qualquer poder delegado, através da informação, da consulta, do diálogo, foi esquecida. Basta percorrer o país para se encontrar essa queixa unânime», salientou a convidada do Centro de Reflexão Política.

Afirmando que a compreensão, o diálogo e a confiança deram lugar a conflitos permanentes entre grupos, pessoas e instituições, que se não fossem as atitudes sectárias e as divisões artificiais «teriam sido bons amigos à volta de uma mesa redonda», Maria de Lourdes Pintasilgo frisou que a democracia «nos seus aliceres

mais sólidos, não foi instaurada no espírito nem nos comportamentos».

O alibi das transformações estruturais

Outro dos mitos é o de que as instituições democráticas só por si são a democracia e o seu garante, pelo que, no afã de estabelecer as instituições democráticas, tal mito esteve sempre presente, acrescentou. «E desde que funcionassem, desde que, de manhã abrissem as portas e à noite as fechassem, mesmo com sessões tardias, isso bastava».

Deste modo se foram construindo e culpando instituições, «a umas dando o benefício da dúvida, a outras destruindo com buldozeres», sem preocupação quanto a regras de funcionamento e sem se verificar

que complementos institucionais lhes eram indispensáveis. E daí, para a oradora, nasceu facilmente o alibi das transformações estruturais.

Depois de dizer, a propósito, que daí nasceu o pensamento de que, mudando as instituições, automaticamente se mudava a eficácia do sistema, criando-se a ilusão de que «só com a revisão constitucional de 82, então sim, se realizaria a democracia plena», a conferencista recordou que, paradoxalmente, a coligação da época, que fora artifice principal dessa revisão, não extraiu dela qualquer dinamismo para a sua actividade legislativa ou governativa, tendo acabado dois meses após a promulgação dessa revisão.

O terceiro mito é o de que a democracia, só por si, comportaria o progresso social, seria não só a igualdade de direitos e a liberdade mas, também, o progresso social.

«Até em Portugal podemos dizer que, nos anos 40 e 50, a democracia era olhada como garante da liberdade e da igualdade — disse Lourdes Pintasilgo —. Mas em breve a necessidade de protecção dos indivíduos pelo Estado tornou claro, no processo de industrialização, que os direitos e garantias fundamentais têm sempre de ser completados pelos direitos sociais, económicos e culturais».

Sublinhou, em seguida, que, actualmente, a democracia política requer, na civilização ocidental que é a nossa, a democracia social económica «para que o progresso seja possível». Por isso, em sua opinião, salientou, a mitificação da democracia política como garante exclusivo da liberdade de um povo constitui uma das raízes mais fundas da crise específica à democracia portuguesa. Para muitos, disse, a liberdade seria algo que os Estados poderiam decidir imediatamente, enquanto a satisfação dos outros direitos, sociais, económicos ou sociais, susceptíveis de conduzir a um maior bem estar social, «seria relegada para as consequências da alternância do poder e das concertações entre partidos, quanto a programas, objectivos, prioridades, oportunidades ou não de intervenção ou de resolução de problemas essenciais».

«Ora, a história dos últimos 20 anos mostra que, tanto a nível individual como ao nível das nações, consideradas no seu todo, a ausência de progresso económico e social leva, inevitavelmente, ao depauperamento, senão ao desaparecimento da democracia política».

Portanto, «a liberdade é uma palavra muito abstracta e é preciso tratá-la na sua realidade quotidiana, pois qual é a liberdade de um desempregado, ou de quem trabalha a ritmos infernais?», acrescentou Lourdes Pintasilgo, que citou as seguintes palavras de Mitterrand aquando da sua candidatura à Presidência da França: «A liberdade é a difusão do saber. A liberdade é o desenvolvimento da escola, é a conquista dos direitos sociais, é a defesa de certos efeitos da ciência e da técnica, é também a conquista do tempo de viver».

Depois de perguntar se aquilo que estamos a fazer aqui é também isso — a liberdade, Lourdes Pintasilgo disse ser hoje praticamente indiscutível existir um verdadeiro mercado de ideologias, vendidas à população pelos métodos mais sofisticados de publicidade «e, paradoxalmente, também pelos processos mais antidemocráticos da coacção e da cooptação para cargos públicos em virtude apenas da filiação partidária».

Mas há ainda um outro mito que tem estado presente na vida portuguesa, e esse pretende que a entrada na Comunidade Económica Europeia, só por si, continua a democracia, e foi necessário que Rocard, quando há meses passou por Lisboa, viesse dizer aos políticos portugueses que a CEE é, de facto, uma comunidade económica.

«Por muito respeitável que seja para a comunidade o motivo exclusivamente político que ditou a adesão de Portugal, é no campo económico que a adesão se processa, se negocia, e é nesse campo que, necessariamente, se repercutem as suas consequências».

Os limites das instituições democráticas

A conferencista passou, depois, à análise dos factos que assentam sobre os quatro mitos que referiu, traçando, para isso, um quadro cronológico que dividiu em três períodos.

Um desses períodos foi o da euforia democrática, que perdurou do 25 de Abril ao 11 de Março, e no qual, embora se tenham praticado algumas injustiças, o Povo adquiriu o gosto de participar. O segundo período, abrange de 76 a 80 e caracterizou-se pela formalização, de facto, das instituições democráticas, nele cabendo a promulgação da Constituição de 76, as eleições legislativas e para a Presidência da República, bem como o início do percurso de Portugal no sentido da estruturação da democracia representativa.

«E entramos no terceiro período — explicitou —, de 80 a 85, em que verifico os limites das instituições democráticas. Neste período, Portugal dispôs, no Parlamento, de maiorias estáveis, coerentes e permanentes... E, no entanto, assistimos a um fenómeno paradoxal: as maiorias viveram em constante sobressalto, sobressalto esse que não decorreu, como em qualquer democracia, de moções de censura no Parlamento, nem de qualquer agitação de rua; problemas internos dos partidos das coligações conduziram, primeiro, à queda do VII Governo e à formação do VIII Governo. E perguntamos, porque é que não foi uma simples remodelação governamental? E depois, esses problemas internos levaram ao esboroar da coligação que sustentava o VIII Governo, quer pela demissão do Primeiro-Ministro, quer pela demissão do vice-Primeiro-Ministro, pelas razões que essa personalidade, há poucos dias, numa emis-

são televisiva, tornou públicas, claras e inequívocas.»

Frisou, seguidamente, que a mesma instabilidade veio a manifestar-se na coligação que resultou das eleições de 83, salientando ter ela sido fruto «de casos individuais de sobressalto», de que traçou um rápido quadro.

Dizendo não importar saber quem foram os responsáveis — «não são as pessoas que estão em causa» — citou, no entanto, algumas constatações, entre elas a de que coligações de maioria numérica forte, com total ou parcial homogeneidade de perspectivas políticas, são apenas, e tornaram-se apenas, uma figura aparente de estabilidade, prosseguiu:

«Longe de promover, numa saudável concorrência, o primado dos melhores, o actual funcionamento do sistema político conduz à catapultagem de figuras e personagens de assinalada incapacidade técnico-política, talvez mercantis no seu oportunismo, herança que tivemos das aventuras pelo mar fora, vazios de experiência e de ideias na sua ânsia de optar o poder, só o poder e nada mais que o poder.»

Maria de Lourdes Pintasilgo lembrou que a instabilidade, o predomínio e controlo dos partidos políticos são contrários à democracia, e que no plano humano esses resultados estão à vista, pois homens inteligentes, fazendo tábua rasa dos interesses nacionais, tudo subordinam aos interesses que o seu grupo, e não já só o seu partido, possa vir a ter no seu partido.

Por tudo isto, nas perspectivas da democracia em Portugal, um primeiro ponto terá de ser a democracia e a liberdade de consciência, disse a oradora, para a qual este é o ponto fulcral do qual nascem os outros. A liberdade não pode ser em democracia uma palavra vã, destinada a cobrir as lacunas da própria democracia e a sua incapacidade em resolver os problemas do quotidiano de todos os cidadãos.

«Formas diversas expressas pelas organizações locais, socioprofissionais ou culturais dizem, à sua maneira, as exigências da soberania que reside no povo, que reside em todos nós, em todos os cidadãos. Ora essa vontade popular e a liberdade de que é expressão, são postas em causa pela sonegação da informação relativa a questões importantes para a nação», declarou a eng.^a Lourdes Pintasilgo.

Apontou como exemplos nada se saber quanto às consequências dos empréstimos que contraímos, como se vai processar o período de transição na adesão à CEE, onde estão os impasses que travam a luta clara contra a corrupção, a que é devida a morosidade da justiça, e assim por diante.

Vida democrática em Portugal

O primeiro vector da vida democrática em Portugal não pode deixar de ser uma

Hoje a democracia que não se articula com a expressão clara e coerente das finalidades da sociedade corre sérios riscos

informação sem manipulações, transparente, dando conta dos factos da sociedade no seu conjunto e na sua diversidade. Por isso, para Lourdes Pintasilgo, os meios de comunicação social têm como objectivo levar a comunicar entre si os grupos sociais, os cidadãos, as diferentes correntes de opinião enquanto expressões legítimas da vida em sociedade. É pois necessária uma nova política de informação e novas estruturas de controlo social da informação, dado que só nesse sentido os meios de Comunicação Social se podem tornar dignos do seu nome.

Mais adiante, a conferencista sublinhou que a educação para a liberdade é uma perspectiva fundamental para que a democracia assine, não em palavras vagas mas em cidadãos capazes de serem os sujeitos morais da sua própria história, para tal importando pôr cobro à subversão de valores morais que estruturam a nossa tradição cultural e que nos conferem a nossa dignidade própria enquanto pessoas, enquanto povo, enquanto Estado soberano e que se respeitem, descubram e valorizem os grandes referenciais que são susceptíveis de mobilizar os portugueses na reconquista da sua dignidade.

Fundamental, como perspectiva da democracia em Portugal, é a relação entre democracia formal e o aprofundamento da democracia participativa a que se refere de forma clara a Constituição, prosseguiu, para acrescentar, mais à frente:

«É igualmente imperativa a responsabilização dos deputados junto dos seus eleitores por um trabalho regular de discussão e consultas nos círculos eleitorais respectivos. Paralelamente, é necessário que os governos governem, o que parece às vezes ser uma frase que afronta alguns, sem por um lado usurparem poderes próprios do Parlamento e sem, por outro, deixarem para tempo indeterminado as suas tarefas prioritárias. Os governos, que vão tomando decisões no dia a dia sem terem a coragem técnica e política de apresentarem ao Parlamento o Plano e suas Grandes Opções, tornam-se responsáveis perante o país, justamente, pelo descalabro eventual da democracia.»

Segundo Lourdes Pintasilgo, a democracia participativa supõe também plena utilização das instituições democráticas intermédias consignadas na Constituição, como o Conselho Nacional do Plano, os órgãos regionais, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior da Defesa Nacional, bem como exige que se criem novos mecanismos de intervenção social, «daqui a que eu chamaria de harmonização da convivência entre os cidadãos e os grupos».

Finalmente, a terceira perspectiva da democracia em Portugal referida pela eng.^a Lourdes Pintasilgo consiste na impossibilidade de pensar a democracia sem equacionar o desenvolvimento. E explicitou:

«Hoje, a democracia que não se articula com a expressão clara e coerente das finalidades da sociedade corre sérios riscos. Nos países pobres esta questão é ainda mais aguda. Há várias camadas da população que não passaram do nível da pobreza absoluta. Quero testemunhá-lo e talvez não o faça com insistência porque a hora é tardia e porque não quero ter sabor demagógico. Estamos numa situação, em Portugal, onde há milhares de pessoas a viver abaixo do nível da pobreza absoluta. Já não falo dos mais desfavorecidos, dos que não têm favor nenhum. Mas dos que são totalmente pobres».

A terminar, Lourdes Pintasilgo falou do desenvolvimento como «perspectiva global de enquadramento dos direitos económicos, sociais e culturais», sublinhando que isto só o nou o imperativo integrador de qualquer regime. E tanto assim é, disse, que ao longo das três últimas décadas, as instituições internacionais criadas para o desenvolvimento ou as intenções formuladas nas grandes decisões relativas ao desenvolvimento, tornaram inequívoco, com redução ao absurdo, o laço estreito entre o desenvolvimento e o regime democrático.

E considerando que o ponto fulcral do regime político não se caracteriza em termos de presidencialismo, parlamentarismo ou outra qualquer forma de equilíbrio do poder, e sublinhando que a própria democracia formal se esvazia de conteúdo se não dá à sociedade, simultaneamente, a possibilidade de encontrar as suas finalidades e aos cidadãos a de responderem às suas necessidades individuais, em termos económicos, sociais e culturais, para ao menos viverem acima do nível absoluto da pobreza, disse:

«E é nestes termos e neste relacionamento que penso que a democracia em Portugal encontra objectivos novos. Objectivos que, se estão na boca de numerosos políticos e sociólogos, e até na boca dos homens e das mulheres simples que encontramos no quotidiano, nem por isso devem ser menos sublinhados. Democracia, liberdade de consciência, democracia participativa, democracia e desenvolvimento como duas faces da mesma realidade. Dirão, mas isso seria óptimo, e eu responderia, como o nosso grande escritor Miguel Torga: 'O óp-

timo, ótimo, é quando a gente vai por bom caminho". É esse o bom caminho que desejo a todos».

Algumas respostas para algumas perguntas

Finda a sua conferência, a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo respondeu a várias perguntas que lhe foram postas pelas personalidades presentes no Clube dos Empresários.

Sobre a questão de Portugal e a NATO, Lourdes Pintasilgo, referindo existir uma dívida da Aliança Atlântica em relação a Portugal, no que concerne à modernização dos nossos meios de Defesa, declarou que o nosso país, pela qualidade das nossas Forças Armadas, tem, dentro da NATO, a possibilidade de encontrar uma fórmula para essa modernização. Disse, também, quanto a um outro aspecto, que o Grupo de Inter- Acção de Ex-Chefes de Governo, no qual se integra juntamente com personalidades como Helmut Schmidt, Callaghan, Chaban Delmas, Andreotti, Waldheim, e outros, dirigiu uma carta às duas superpotências empenhadas nas conversações de Genebra, pedindo que a política por elas seguida procure, em primeiro lugar, fórmulas que permitam uma clara redução de *toda a espécie de armamentos*, manifestando a opinião de que é hoje indubitável que uma guerra que comece por armas de tipo convencional não deixa de trazer o risco de utilização de armas nucleares.

Uma outra pergunta aludia à questão Portugal e a CEE. Como já referira na sua conferência, a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo reiterou tratar-se de uma adesão por motivos políticos, acrescentando porém que, contrariamente ao que tem sido dito, a CEE não é um mercado mas sim uma comunidade económica que, até agora, só tem de comum a política agrícola. Lembrou, a propósito, que em entrevista dada dias antes ao «DN», o ministro da Agricultura disse: «... A adesão à CEE envolve dez anos em termos agrícolas, no termo dos quais talvez a agricultura portuguesa esteja em condições concorrenciais com a agricultura dos outros países da CEE.»

Mas que consequências tem, ou pode vir a ter, a nossa adesão à CEE? Em primeiro lugar, segundo a conferencista, tem um aspecto simbólico positivo: Portugal, enquanto país, retoma a sua dimensão europeia. No que respeita às relações internacionais que daí resultam, portanto, a adesão à CEE é um acto normal, mas um acto normal que acarreta consequências, nomeadamente nas alterações aos preços ao produtor e, sobretudo, nos preços ao consumidor, que irão determinar o nível de vida nos anos mais próximos.

Outra das perguntas feitas relacionava-se com a Teologia da Libertação. Lourdes Pintasilgo disse que esta não é exactamente a mesma acção que o padre Abel Varzim desenvolveu no seu tempo, e depois de



A vontade popular e a liberdade são postas em causa pela sonegação da informação relativa a questões importantes para a Nação

Fundação Cuidar o
Os governos que vão
tomando decisões sem
terem a coragem de
apresentarem ao
Parlamento o plano
tornam-se responsáveis
pelo descalabro
eventual da democracia

fazer um pouco a história da teologia, referiu que a actual querela entre a Sagrada Congregação da Doutrina e da Fé e alguns teólogos da libertação é, naturalmente, um problema muito localizado, prosseguindo:

«Sabemos que, neste momento, constitui um ponto de divergência mesmo entre membros da hierarquia católica e penso que, como em tudo, a Igreja e o Cristianismo estão profundamente situados. É o «Hic et nunc». Por isso é que Jesus Cristo encarnou. Não há respostas universais, há respostas para cada situação. Eu não sou capaz de julgar e não sei julgar relativamente a essa controvérsia».

Interrogada sobre se achava perverso o efeito dos partidos, Lourdes Pintasilgo respondeu negativamente, salientando que só considera o seu efeito perverso na demo-

cracia quando eles ocupam todo o espaço e comprometem totalmente os objectivos da democracia.

No respeitante às relações com os países africanos de língua portuguesa, tema de outra das perguntas, a convidada do Centro de Reflexão Política respondeu, nomeadamente:

«Numa perspectiva de diversificação das relações de Portugal com o resto do Mundo, há vários eixos que considero extremamente importantes. Aquele que passa pelos países africanos de expressão portuguesa, e também pelo Brasil, em suma, pela comunidade de língua portuguesa, parece-me ser um eixo que tem rapidamente de ser refeito, retracado. Corremos o risco de perdermos a médio prazo — e este médio prazo é de facto muito curto —, qualquer possibilidade de manutenção do que foi a nossa presença histórica em África. Do que significou séculos de convivência com os povos africanos. E muito concretamente, de acabarmos por, no futuro, não termos mercado».

«Não tenhamos ilusões. Não vamos produzir para a Europa. O que vamos é absorver os excedentes dos países europeus. Vamos importar trigo mais caro da CEE do que importamos dos EUA. Vamos ser obrigados a importar carne, lacticínios e açúcar da CEE. Considerando que somos extremamente dependentes do ponto de vista alimentar, estamos numa situação péssima. Portanto, também do ponto de vista económico e dos nossos interesses, África é o futuro...»

Uma quinzena de ART'E CULTURA JOVEM tem estado a decorrer, desde o dia 10 deste mês, na Rua Luciano Cordeiro, 24, em Lisboa, sede local dos serviços da candidatura da Eng.^a Maria de Lourdes P. tasilgo, estando prevista a data do seu encerramento para o dia 25.

Durante todo este período, tem estado patente ao público na referida morada, e tem registado grande afluência de visitantes, uma exposição de artes plásticas e cerâmica. As obras expostas nesta exposição permanente são exclusivamente executadas por jovens. No período que ainda resta até ao encerramento da quinzena de ART'E CULTURA JOVEM, estão previstas as seguintes realizações:

Na quinta-feira, dia 20, às 18 horas e 30 minutos, um debate em que participam os escritores Urbano Tavares Rodrigues, Joaquim Pessoa e Cecília Barreira, e, às 21.30, uma actuação do Grupo de Teatro da Faculdade de Letras com «Ode ao Pão» e «Multimédia-poesia visual-Rainer Maria Rilke»; no dia 21, Performance de Luis Cruz, às 18.30, e concerto de piano por António Vitorino de Almeida; no dia 22, às 15 horas, simultânea de xadrez, às 18, canções por Alice Viola, e às 21.30 Yo Apoloni e Carlos Vieira de Almeida em «Casal Aberto», de Dario Fo.

Nos três últimos dias da quinzena tere-

Quinzena



mos, no dia 23, às 18.30, um encontro com Pedro Barroso, e às 21.30, o Grupo de Teatro Aquilo, da Guarda, e Jorge Maximino; no dia 24, Memórias do quotidiano — projecções de «slides» com comentários de Ana Branca, às 18.30, e Café Teatro «Palácio do Suicídio», de Álvaro Faria e José Neto e ainda textos adaptados de Tchekov e outros, tudo isto a partir das 21.30; e, finalmente, no dia do encerramento, terça-feira 25, debate com os escritores José Cardoso Pires, António Lobo Antunes e João de Melo, às 18.30, e a peça «Aurora da Minha Vida», pelo Teatro Experimental de Cascais, com encenação de Carlos Avilez e considerado «o melhor espectáculo de 1984», às 21.30.

Antes, entre os dias 11 e 19, ocorreram diariamente várias outras actividades, destacando-se O Dança Grupo, com coreografia de Olga Roriz e Elisa Worm, o Café Teatro «Pó de Talco», com Carlos Paulo, Amélia Videira, Marques Arede, José Pedro Gomes e Carmen Marques, um passeio de barco no Tejo animado por Vitorino e Janita Salomé, recital de poesia com João Belo, Paulo Brito e Abreu, Música da Renascença, Dança Jazz, de novo O Dança Grupo com «Carmina Burana» e «Incerto Exacto», também com coreografias de Elisa Worm e Olga Roriz, uma Conferência Wagneriana, por Rui Zink, o grupo «rock»

Fundação Cuidar o Futuro



«Chutos e Pontapés», um debate sobre a Jovem Poesia, com o dr. Luiz Fagundes Duarte, Irene Cruz em «Medeia», um colóquio sobre Juventude e Participação, com Luis Wemas, e uma actuação do Teatro do Século com «As Artimanhas de Scapin», de Molière, que teve encenação de Rogério de Carvalho.

A quinzena ART'E CULTURA JOVEM, que tem sido uma iniciativa cultural aberta, dando conta de várias tendências artísticas através das quais os jovens de hoje se manifestam, mas em que tem participado igualmente gente de todas as idades, pretende, sobretudo, ser um «núcleo juvenil de apoio à eleição de Lourdes Pintasilgo», cujo espírito se traduz nestas palavras insertas num folheto elaborado para ser distribuído aquando do passeio de barco no Tejo, e que tinha por título «Nesta, (em) barco!».

«Chega para ser uma onda ainda não tardia. Chega para ser outro crepúsculo nas luzes ou sombras da partilha. Sempre na margem das nossas vontades. Encontro. Jogo. Sedução? Ter o tempo para cantar o Janita Salomé, o Vitorino, o... Ter o espaço... Sons gente e brilho.»

Todas estas manifestações terão, até ao dia do encerramento, entrada livre a partir das 15 horas.

Quinzena

ART'E
CULTURA
JOVEM



O poder da criatividade da juventude
está bem patente na exposição da
quinzena



Fundação Cuidar o Futuro



ESTÃO CONNOSCO

O movimento de apoio à candidatura presidencial da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo é hoje uma realidade que não sofre contestação. Disseminados por todo o País os núcleos locais organizam-se, crescem e outros novos surgem. De toda a parte nos chegam notícias do entusiasmo e dedicação de muitos companheiros empenhados nesta obra colectiva de levar a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência da República. Muitos milhares de assinaturas de apoio e solidariedade dão expressão a este movimento de esperança e fé no futuro. É dos registos dessas assinaturas, da região de Lisboa, e Setúbal, que retiramos, ao acaso, os nomes que vos apresentamos.

Adalberto de Sousa dos Santos, funcionário público, Lisboa; Margarida C. Leão, professora, Lisboa; Maria José Figueiredo, doméstica, Lisboa; Paulo Lopes de Andrade, servente, Lisboa; Ana Maria Guardida, educadora de infância, Lisboa; Ana Maria Baptista, funcionária da TAP, Lisboa; Ana Maria Cabeleira, estudante, Lisboa; António Baltazar Gomes, empregado bancário, Lisboa; António de Luz Telmo, reformado, Lisboa; Carlos António Medeiros, professor, Lisboa; João António Gonçalves Rosa, eng. agrónomo, Lisboa; João Paulo Casquilho, assistente universitário, Lisboa; Isabel Maria Rodrigues, estudante, Lisboa; Graça Maria Jordão, decoradora, Lisboa; Ivone Pinto Correia, funcionária pública, Lisboa; Frederico Lourenço, professor, Lisboa; José Manuel Teixeira, lapidador, Lisboa; Maria da Conceição Rosa, cantora, Lisboa; Miguel Salvador de Melo, bailarino, Lisboa; Luís Santos Cabral, arquitecto, Lisboa; Ana Paula Almeida, desempregada, Lisboa; Carlos Silva Marques, desenhador, Lisboa; Maria Clara Almeida,

doméstica, Lisboa; Lúcia Maria Lima, estudante, Lisboa; Carla Maria C. Sousa, empregada de escritório, Lisboa; Lígia Maria F. Rosado, professora, Lisboa; Domingos L. Cruz, torneiro mecânico, Lisboa; Maria Manuela Santos, médica psiquiatra, Lisboa; Maria Isilda Castro, funcionária pública, Lisboa; António Maria Santos, empregado bancário, Lisboa; Alberto Afonso Miranda, assistente universitário, Amadora; Ana José C. Marchão, estudante, Amadora; António Augusto Figueiredo, empregado bancário, Amadora; António Pereira, professora, Amadora; Carlos Luís Ferreira, vendedor, Amadora; António Galho Lourenço, mecânico, Cascais; João Aragão Pina, topógrafo, Vila Franca de Xira; José Alexandre Matos, eng.^o técnico, Vila Franca de Xira; António Luís Cristiano, marítimo, Alcochete; Carlos M. Colaço, metalúrgico, Alcochete; Carlos Manuel Carreira, operário químico, Alcochete; Edite Paula Salgado, funcionária administrativa, Alcochete; João Maria Rocha, cobrador, Alcochete; Acúrcio Mendes dos Santos,

engenheiro, Almada; Adelina Mofeira de Sousa, reformada, Almada; Joaquim Manuel Simões, comerciante, Almada; Rita Jesus Pontes, comerciante, Almada; Salustiano Simões, reformado, Almada; Deolinda Cruz Cunha, funcionária pública, Barreiro; João Eugénio Coito, reformado, Barreiro; João Vítor Pelica, geólogo, Barreiro; Maria Fernanda Nogueira Pedro, professora, Barreiro; Maria Fernanda Claudina Rodrigues, funcionária da segurança social, Barreiro; Arsénio Maurício, reformado, Moita; José da Silva Cabrita Godinho, mecânico, Moita; Maria Filomena Amaral, empregada da indústria hoteleira, Moita; Ana Paula Peixinho Assunção, desempregada, Montijo; Carolino Catalão F. Pinto, empregado bancário, Montijo; Henriques Rodrigues, carpinteiro, Montijo; José Artur da Silva Lopes, marítimo, Montijo; Vítor Manuel de Sousa Pinto, carteiro, Montijo; Francisco José Ruivo Estêvão, soldador, Palmela; Hélio Duarte Martins Xavier, desempregado, Palmela; Maria Armandina Costa Soares, professora, Palmela; Armando dos Santos Silva, carteiro, Santiago do Cacém; Maria Sofia Nunes das Vacas, telefonista, Santiago do Cacém; Raimundo Santos José Calado, serralheiro mecânico, Santiago do Cacém; Aldina Fernandes Velhos, professora, Seixal; Armando Farinha Marçal, sociólogo, Seixal; João Marques Rosendo, electricista, Seixal; Maria Delfina R. Ferreira Santos, técnica paramédica, Seixal; José Artur Jesus de Almeida, montador, Setúbal; José Guilherme F. Silva, funcionário público, Setúbal; Manuel da S. F. Almeida Frazão, sargento do Exército, reformado, Setúbal; Rosa Maria Cruz Varela, liq. tributária, Setúbal; Manuel Simões Brás, oper. ext., Sines.

O futuro já começou no Núcleo de Loures

E o futuro?

Não é bem um deserto porque a esperança ainda existe e a força de cada homem, de cada mulher, avalia-se, cada vez mais, pelo desejo de fazer desta vida, da nossa vida, um mundo de esperança. A esperança de cada um começa a tomar corpo na esperança de todos.

Questionar o futuro foi a preocupação dominante do encontro que Maria de Lourdes Pintasilgo manteve, no dia 2 de Junho, com os seus apoiantes do concelho de Loures, realizado na sede da Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros.

As dezenas de apoiantes presentes à reunião, de resto, deram o tom, começando por apresentar um diaporama em que retrataram a situação do Concelho de Loures, igualmente evidenciada num conjunto de quadros e gráficos, elaborados pelo grupo de estudos do núcleo de apoio à candidatura presidencial da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Olhar para Loures é olhar para o país inteiro — frisou Maria de Lourdes Pintasilgo, ao comentar o trabalho apresentado, na sequência do qual apontou algumas das linhas do seu programa de actuação como

Presidente da República. Cumprir e fazer cumprir a Constituição é o seu primeiro objectivo. E, neste grande princípio, está implícita a intenção de dignificar e moralizar a vida pública portuguesa.

Terminar com a imoralidade que representa o facto de os cargos de delegação do poder central serem ocupados por gestores escolhidos pela filiação partidária, é um exemplo de uma das alíneas do programa de candidatura, disse a eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Noutro plano, a candidata evidenciou a necessidade de renegociar os termos da participação portuguesa na CEE, já que, os termos em que o actual Governo a negociou são lesivos da Independência Nacional, cuja salvaguarda é uma das obrigações constitucionais do Presidente da República.

Majoria para trabalhar

A necessidade de libertar a vida política portuguesa do clientelismo partidário em que caiu é outro dos objectivos desta candidatura, que se define como independente, não apenas pela posição da candidata, mas também por todos e cada um dos seus apoiantes, muitos deles membros de forças partidárias.

Esta condição não afecta nem vai afectar

os apoiantes de Maria de Lourdes Pintasilgo, já que ela mesma define o movimento gerado à sua volta como um movimento social, capaz de constituir uma maioria preferencial de apoio ao presidente, com um mandato presidencial de cinco anos para trabalhar.

Durante o encontro com os seus apoiantes do concelho de Loures falou-se pouco de partidos, de cenários políticos — toda a gente estava mais interessada em saber como era o futuro, já que o presente é o que se sabe.

Contudo, uma questão relacionada com o apoio partidário à candidatura foi posta: alguns sectores de opinião acusam a candidata de ter o apoio do Partido Comunista. Maria de Lourdes Pintasilgo negou tal afirmação, mas acrescentou que não divide os partidos portugueses em democráticos e não democráticos. Todos eles merecem o meu respeito — concluiu.

Uma afirmação da eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo seria particularmente sublinhada pelos presentes à reunião. Não vou fazer do aborto tema de campanha. Ele foi uma das razões para a vitória de Reagan nas últimas eleições presidenciais e, contudo, enquanto condenava tal prática, fomentava o estrangulamento da vida de milhões de pessoas na América Latina e na Etiópia.

Por terras
de Entre-Douro
e Minho



Ninguém se cansa de a ouvir todos se abeiram para a saudar



Nos estaleiros navais de Viana do Castelo

«São rosas, senhora!»

Rosas e cravos, flores, muitas flores, uma incontida ternura sinalizando cada gesto, cada fala, o próprio silêncio. Em terras do Portugal mais antigo ninguém acolhe Maria de Lourdes com indiferença, enfado ou hostilidade. Carinhosamente, quase por instinto de solidariedade, todos se abeiram dela para a saudar, todos têm qualquer coisa para lhe dizer, uma evocação, um desabafo, uma palavra de confiança e de estímulo. A ausência de encenação torna, naturalmente, à partida, o contacto mais simples, fluente e humano; a imensa capacidade de diálogo e comunicação de Maria de Lourdes Pintasilgo faz o resto. Rapidamente, estabelece-se uma onda de íntima cumplicidade a que nem os mais cépticos ou tímidos conseguem resistir.

Foi assim, no Norte — na semana de 13 a 19 de Maio — um pouco por toda a parte: no bairro de S. João de Deus, o «Tarrafal» do Porto, na Feira semanal de Barcelos, na Associação dos Reformados, em Guimarães, na Cooperativa de Habitação «Capitães de Abril», em Viana do Castelo, nos largos de Chafé ou Tadim, aqui de uma forma totalmente imprevista...

Mas mais do que a candidata à Presidência da República, Maria de Lourdes Pintasilgo é para todos aqueles que a procuram e questionam (apoiantes ou não) a certa meridiana de uma inteligência e lucidez superiores. Por isso, todas as sessões de trabalho com ela são participadas e estimulantes. Ninguém se cansa de a ouvir, ninguém se sente constrangido, ninguém se retira

frustrado. Em Braga, por exemplo, no termo de uma sessão que reunira cerca de 300 convidados (apoiantes e não-apoiantes), um dirigente local do CDS, que, com grande dignidade, participara no debate, não se eximia de elogiar a forma clara, corajosa e inteligente com que Maria de Lourdes Pintasilgo, durante cerca de três horas, respondera a todas as questões que lhe tinham sido colocadas, sem jamais revelar a mínima impaciência ou fragilidade.

Braga e Porto, porém, não foram a excepção, mas a regra. Em Penafiel, Gaia, Barcelos, Joane, Guimarães, Viana, em todos os locais onde Maria de Lourdes Pintasilgo teve o ensejo de dialogar abertamente com apoiantes e não-apoiantes, a decisão final dos «examinadores» foi sempre a mesma: aprovada com louvor e distinção. Pode, por isso, dizer-se que, depois desta peregrinação de uma semana por terras de Entre-Douro-e-Minho, não há mais que duvidar — TEMOS PRESIDENTE.

Um apontamento final.

Em Braga, no restaurante onde almoçou e conviveu informalmente com cerca de três dezenas de velhos e novos amigos, Maria de Lourdes Pintasilgo foi surpreendida com a oferta singela de um exemplar da ementa do dia. Nessa ementa, o dono do restaurante escrevera a seguinte dedicatória: *A engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, no percurso minhoto de uma candidatura à presidência de um país — outro — que a divisa de todos nós seja: viver por dentro e fora, a cada momento, a inteligência antiga de todas as coisas.*

«São rosas, senhora!»

Sinceridade e transparência

LINDLEY CINTRA *



É fácil, para mim, explicar porque há muito decidi, nas próximas eleições presidenciais, votar na eng.^a Maria de Lourdes Pintasilgo, caso ela viesse a apresentar-se como candidata. É uma escolha ligada ao conceito que sempre tive, e que tenho, do que deve representar, para um País republicano e democrático, a pessoa que exerce as funções de Presidente da República.

Antes de mais, considero que o P. R. deve ser uma personalidade de honestidade e independência inatacáveis, cuja vida e acções passadas dêem dele uma imagem pessoal que, sobretudo agora e em Portugal, seja extrapartidária — o que de modo

algum significa ser contra a existência de partidos, ou seja, contra o sistema consagrado entre nós pela Constituição de 1976. Simplesmente quer dizer que deverá conservar-se à parte e acima de todos os partidos constituídos legalmente e que correspondam à posição de um sector do povo português. Isto não envolve, a meu ver, que não possa (e não deva por vezes) ser a promotora do diálogo entre partidos e dar o seu apoio a iniciativas, venham de que partido vierem, que considere representarem um progresso para o povo que a eleger.

Ora, não vejo actualmente, no nosso complexo e confuso panorama político, quem, à partida, entre candidatos já declarados e alguns outros prováveis, garanta como Maria de Lourdes Pintasilgo o exercício das mais altas funções do Estado na forma que tentei esboçar.

Sobretudo — e é, para mim, fundamental — no que diz respeito à independência em relação aos partidos existentes ou que em breve venham a existir.

Mas não se trata apenas disso, no caso especial de Maria de Lourdes Pintasilgo. Há, na sua maneira de falar e de agir, alguns traços que me atraem e suponho

serem os mesmos que atraem a maioria das muito numerosas pessoas que declaram nas sondagens já feitas que votarão se ela for candidata. É a sua extrema simpatia e a capacidade de uma comunicação em que se adivinha sinceridade e transparência. E, além disso, acima de tudo, entusiasmo e esperança. Num momento em que governos e partidos parecem ter renunciado — com raras excepções — a falar em termos de esperança, Maria de Lourdes Pintasilgo não desiste de dizer e acentuar que há motivos para vivermos com esperança na capacidade de reagir que tantas vezes tem demonstrado o povo português.

Utopia? como tanto se tem dito. Talvez. Mas, para além do facto, que creio notório, de que os seus propósitos se vão tornando cada vez mais explícitos com base numa análise também cada vez mais rigorosa da situação actual, a verdade é que um idealismo utópico pode ser em certos momentos — e talvez sempre — oportuno e necessário como força actuante, em qualquer sociedade em crise, afim de a levar a superar essa crise e de, apesar de forças contrárias, a levar a progredir.

(*) Professor Catedrático

Um caminho aberto para o futuro

ANTÓNIO VITORINO DE ALMEIDA *



A história da humanidade é o relato de uma permanente mutação em todos os campos da sociedade.

É evidente que há uma certa lógica interna a presidir a cada um desses longos processos evolutivos; uma lógica capaz de negar aparentes cisões drásticas entre o passado e o presente — o que não impede que manifestemos, com frequência, o nosso espanto perante os elementos de profundo contraste que marcam as realidades actuais em comparação com as memórias de antanho.

Isso passa-se ao nível da ciência quando avaliamos o que hoje se conhece e o que ontem apenas se suspeitava; ao nível da técnica, toda poderosa no nosso quotidiano presente, incomparável com o que outrora estaria ao alcance do homem comum; ao nível das artes, quando comparamos um trecho de Berlioz ou Stockhausen com um

medieval renascentista, uma pintura de Miró com uma tela de Rubens. A arquitetura de Nova Iorque com a do Partenon de Atenas, a linguagem escrita moderna com os textos da antiguidade.

«Como as coisas eram, como as coisas são!» — é uma exclamação que se ouve e se repete a cada passo.

Excepto num campo da actividade humana: a política.

Aí verificamos que as tácticas para conquistar e manter o poder, as habilidades, as espertezas, os golpes, os próprios discursos, são sensivelmente iguais: cada época teve os seus Reagans ou os seus Calígulas, os seus Richelieus, os seus Salazares, os seus Churchills, os seus Napoleões, os seus Péricles ou Ramsés...

Na política assiste-se a um permanente sistema do «vira a disco e toca o mesmo» — e se envolvessemos, em Portugal ou no estrangeiro, diversas figuras de governantes ou seus opositores em túnicas romanas, a sua linguagem política não iria destoar num cenário de máscaras do velho Senado de Roma, tal como não destoaria em qualquer outro lugar e época da História onde se encontrassem figuras empenhadas na causa do Poder.

Ora temos de convir que, num mundo onde tudo existe, ao nível técnico, científico, artístico, cultural, a presença anquilosada dessa «política» da conquista dos lugares sentados numa qualquer bancada parlamentar ou governamental começa a tornar-se monótona, pesada, ridícula e, sobretudo,

penosamente incapaz de resolver os autênticos problemas da sociedade.

E houve, para mim, uma figura que sempre me pareceu fugir a esses esquemas decrépitos, que passam pela cena política e governamental sem acusar a habitual erosão provocada nas pessoas pelos ácidos desses pastos, que deixou atrás de si um rasto de humanidade e de esperança, um qualquer coisa de azul a lembrar manhãs e primaveras.

Pela primeira — ou talvez única... — vez da minha vida, houve uma figura política que me fascinou. Até aí, já ficara fascinado por uma ou duas personalidades ligadas à política mas não propriamente pelo seu papel dentro desses políticos: eram (ou são) pessoas extraordinárias, mas não creio que pudessem ou possam escapar ao tal desgaste corrosivo que a carcomida estrutura provoca.

Pelo contrário, senti que Maria de Lourdes Pintasilgo poderia ser uma nova dimensão na política, poderia representar, de facto, um caminho aberto para o futuro e não mais uma repetição mais ou menos bem sucedida dos estafados esquemas.

Quando olho a figura de Lourdes Pintasilgo eu acredito que algo de novo e de inédito pode acontecer. E outra a música das suas palavras e dos seus gestos — e por isso eu deposito nas suas mãos aquilo que nunca entreguei a ninguém, no campo da política: a minha confiança e a minha esperança.

(*) Maestro

